

**CONTRATO nº 223/2026.
Processo nº: 2026018364.
Fundação Cultural Maria das Dores Campos
Município de Catalão.**

Celebram entre si a Fundação Cultural Maria das Dores Campos e a empresa Ester Rodrigues de Aguiar Souza conforme as cláusulas e condições a seguir:

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 24.811.903/0001-10, com sede na Avenida 20 de agosto, nº 1900, Setor Central, Catalão-GO, CEP: 75.701-010 neste ato representado por sua Presidente, Sra. Lucélia Rodrigues dos Reis, conforme Decreto Municipal nº 107/2025, inscrito no CPF nº 809.887.251-34, residente e domiciliada na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

CONTRATADO: ESTER RODRIGUES DE AGUIAR SOUZA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 57.634.122/0001-57, com sede na Rua Aracaju, nº 467, Jardim Paraíso, Catalão-GO, CEP 75711-540, neste ato representada pela Sra. Ester Rodrigues de Aguiar Souza, brasileira, portadora do CPF sob o nº 835.083.252-53, residente e domiciliada na cidade de Catalão-GO.

Tendo em vista o que consta no **Procedimento Administrativo nº 2026018364** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/21, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 028/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Contratação de serviços de apoio administrativo, para atender às necessidades da Fundação Cultural Maria das Dores Campos, visando ao suporte das atividades administrativas, culturais, operacionais, educacionais e de atendimento ao público desenvolvidas no âmbito de suas unidades

1.2. A descrição, o quantitativo e os valores necessários para a resolução da demanda estão elencados na tabela a seguir:

Objeto	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)
Serviço de apoio administrativo	5.000,00	12	60.000,00
VALOR TOTAL (12 MESES):			60.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, por meio de justificativa formal.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO:

3.1. O valor total da contratação é de **RS 60.000,00 (sessenta mil reais)**, conforme proposta da contratada e adjudicação no certame licitatório.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Os serviços serão remunerados conforme tabela de preços previamente aprovada pela CONTRATANTE, mediante apresentação de nota fiscal e relatório dos serviços executados.

3.4. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da nota fiscal/fatura e relatório de execução do serviço, devidamente atestados pela fiscalização da contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Fundação Cultural Maria das Dores Campos - FCMDC, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Projeto Atividade: Manutenção da F.C.M.D.C.

Dotação Orçamentária: 01.3021.13.392.4293.4191.339039

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES:

5.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações previstas sujeitará a contratada às seguintes penalidades:

- a) Advertência formal;
- b) Multa de até **10% sobre o valor do contrato**, em caso de descumprimento injustificado;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município;
- d) Rescisão contratual por inexecução.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

7.1. A fiscalização será exercida por servidor designado por portaria da Fundação Cultural Maria das Dores Campos - FCMDC, o qual acompanhará a execução dos serviços e elaborará relatórios de conformidade.

7.2. Incumbirá ao servidor **Marcelo Goulart Marcelino** a fiscalização e controle da execução deste contrato, parte integrante do certame.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 são obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Requisitar os serviços na forma prevista neste Contrato.

8.1.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

8.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da locação, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis e registrando irregularidades.

8.1.4. Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Contrato.

8.1.6. Fornecer à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

8.1.8. Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução do Contrato.

8.2. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 são obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Prestação de Serviços

- a) Executar, com zelo e diligência a prestação de serviços conforme prévia solicitação da Administração Pública;
- b) Disponibilizar, por sua conta e risco, todos os recursos humanos necessários para a prestação de serviços.

8.2.2. Garantia e Responsabilidade

- a) Prestar garantia mínima de 90 dias sobre os serviços, comprometendo-se a realizar, sem ônus para a Administração, os reparos ou substituições eventualmente necessárias;
- b) Manter canal de comunicação acessível, por e-mail ou telefone, para atendimento de chamados durante o prazo da garantia contratual;
- c) Assumir plena responsabilidade pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência de falhas na prestação dos serviços.

8.2.3. Padrões Técnicos e de Qualidade

- a) Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que o objeto seja realizado com esmero e perfeição;
- b) Manter-se, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência;
- c) Responder pela qualidade dos serviços oferecidos, que deverá ser compatível ao informado na proposta vencedora;
- d) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que esta julgar necessários.

8.2.4. Regularidade Documental

- a) Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato, renovando periodicamente as certidões exigidas para a habilitação;
- b) Apresentar, juntamente com a fatura mensal, a comprovação da regularidade fiscal mediante certidões válidas, conforme exigido no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. Responsabilidade pela Execução

- a) Arcar com todos os ônus relativos a mão de obra, encargos sociais, tributos, seguros e quaisquer despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- b) Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da prestação dos serviços, ainda que culposamente.

8.2.6. Obrigações Ambientais e de Segurança

- a) Zelar pelo cumprimento da legislação ambiental e de proteção de dados eventualmente aplicável;
- b) Adotar todas as medidas de segurança necessárias para a prestação dos serviços, prevenindo falhas e vulnerabilidades.

8.2.7. Adesão a Alterações Contratuais

- a) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratado, nos limites previstos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES:

9.1. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 124 e seguintes da Lei 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. Não será admitida a subcontratação para a prestação do serviço constante no item descrito neste objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a prestação do serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO:

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus, salvo em caso de descumprimento contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no site oficial do Município de Catalão, no placar do prédio da Prefeitura de Catalão, bem como registrá-lo no site do TCM/GO.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

16.1. Fica eleito o foro da comarca de **Catalão-GO** para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Catalão - GO, 06 de maio de 2026.



Lucélia Rodrigues dos Reis
Presidente da Fundação Cultural Maria das Dores Campos
Município de Catalão
Contratante



Ester Rodrigues de Aguiar Souza
CNPJ nº 57.634.122/0001-57
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF nº: _____

RG: _____

Nome: _____

CPF nº: _____

RG: _____